



PROCESSO Nº	: 46.449-0/2021
PROCEDÊNCIA	: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ
INTERESSADA	: ROSIDELMA CARVALHO BAPTISTA DA SILVA
PROCURADOR	: NÃO CONSTA
ASSUNTO	: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
RELATOR	: AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ISAIAS LOPES DA CUNHA

I - RELATÓRIO

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cuiabá (Cuiabá-Prev) encaminha, para fins de registro, a Portaria de concessão de Aposentadoria Voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais, concedida à **Sra. ROSIDELMA CARVALHO BAPTISTA DA SILVA**, servidora estabilizada constitucionalmente, no cargo de Auxiliar Municipal (em extinção), Classe “E”, Padrão “12”, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento no art. 3º, incisos I ao III, da Emenda Constitucional nº 47/2005; Lei Complementar nº 359/2014; Lei Complementar nº 369/2014; Lei Complementar nº 399/2015, todas municipal; Processo Cuiabá-Prev nº 2020.04.00189P; bem como nos artigos 10, inciso XXIII e 211, inciso III, §1º, da Resolução Normativa nº 16/2021 (RITCEMT).

2. Importante destacar que consta nos autos, Certidão da Secretaria-geral do Tribunal Pleno que certifica a redistribuição de relatorias introduzidas pela Resolução Normativa nº 03/2021 – TP (Doc. nº 86611/2021).

3. O órgão previdenciário, após examinar os documentos encaminhados pela interessada, manifestou-se favoravelmente ao requerimento, atestando a legalidade da planilha de proventos (Doc. nº 81163/2021).



4. Diante disso, editou-se a Portaria nº 264/2020, publicada no Diário Oficial de Contas, nº 2096, em 15/01/2021 (fl. 7 – Doc. nº 81163/2021).
5. A Unidade de Instrução, após análise, elaborou o Relatório Técnico onde constatou 01 (uma) irregularidade, e sugeriu a citação do gestor para apresentar esclarecimentos (Doc. nº 102296/2021).
6. O Secretário Adjunto do Fundo Previdenciário foi citado por meio do Ofício nº 85/2021/GASC/ILC, para que, em obediência ao princípio do contraditório e ampla defesa, pudesse se manifestar quanto a irregularidade detectada (Doc. nº 108537/2021).
7. Ato contínuo o Diretor do Cuiabá-Prev apresentou defesa, ocasião em que juntou os documentos solicitados pela Unidade de Instrução (Doc. nº 122463/2021).
8. Em nova manifestação, a Unidade de Instrução, após análise, elaborou o Relatório Técnico de Defesa, concluindo pelo saneamento da irregularidade, sugeriu a não aplicação da paridade com qualquer tipo de carreira e finalizou relatando que o processo está instruído com a documentação e legislação adequada a matéria e que a Portaria nº 264/2020, está apta ao registro, motivo pelo qual sugeriu a legalidade da planilha de proventos (Doc. nº 138802/2021).
9. Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 2.930/2021, da lavra do Procurador de Contas, Dr. Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pelo registro da Portaria nº 264/2020, sem os efeitos da paridade, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais (Doc. nº 143275/2021).

É o relatório.